

CAMPO DE SANTANA: NO SÉCULO XXI COMO NO SÉCULO XVIII

De volta à condição de refúgio dos excluídos

Claudia Brack Duarte

Pesquisadora PROURB/FAU/UFRJ

Arquiteta Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

cbrackd@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A preservação e a manutenção de parques históricos na cidade contemporânea é o pano de fundo da pesquisa realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Arquitetura Paisagística (UFRJ), que deu origem a este trabalho.

O Campo de Santana, também conhecido como Praça da República, é um dos parques históricos mais importantes da cidade do Rio de Janeiro e do país, e encontra-se em mau estado de conservação e sem plano de gestão. Localizado na região central da cidade, o Campo de Santana é a maior área verde do bairro com área aproximada de 125 mil m². Parque público projetado pelo paisagista francês Auguste François-Marie Glaziou em 1873, foi inaugurado em 1880 pelo Imperador D. Pedro II.

Pretendemos abordar neste artigo aspectos relativos à grande população de excluídos que, historicamente, ocupa aquela região da cidade.

O tombamento do parque pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC (1968) e mais recentemente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2012) tornou o Estado “gestor de um interesse público indeclinável” (Castro, 1991). O tombamento propõe reconhecimento de um valor cultural, mas acarreta deveres para com o patrimônio. “Está aí o preceito básico que irá direcionar o principal efeito jurídico do tombamento – a obrigação de conservar a coisa tombada” (Castro, 1991).

NOTÍCIA HISTÓRICA

Do núcleo primitivo no Morro do Castelo, de que praticamente não restam vestígios na paisagem atual, a cidade se derramou pela planície arduamente conquistada por aterros e obras de drenagem. (Bernardes, 1992, p.37)

A cidade fundada em 1565 e que ocupava o Morro do Castelo, se instala na planície já no início do século XVII. Ocupava a área existente delimitada ao sul pelos morros do Castelo e Santo Antônio, e ao norte pelos morros de São Bento e Conceição. Esses morros continuavam em cadeia, tanto ao sul - com os morros de Pedro Dias (Senado), de Paula Matos e de Santos Rodrigues, como ao norte - com os morros do Nheco, Providência, Pinto e São Diogo. O espaço entre essas cadeias montanhosas era em grande parte pantanoso, entrecruzado por rios e lagoas. Essas áreas encharcadas ligavam o Saco de São Diogo ao litoral leste, desde o mangal de São Diogo (chamado depois de mangue da Cidade Nova), seguido pelos alagadiços de Pedro Dias, lagoas da Sentinela, do Desterro, da Pavuna, de Santo Antônio, chegando à lagoa do Boqueirão já bem próxima ao litoral. Na época das cheias, essas lagoas se intercomunicavam, dificultando a expansão do núcleo urbano (fig. 1).

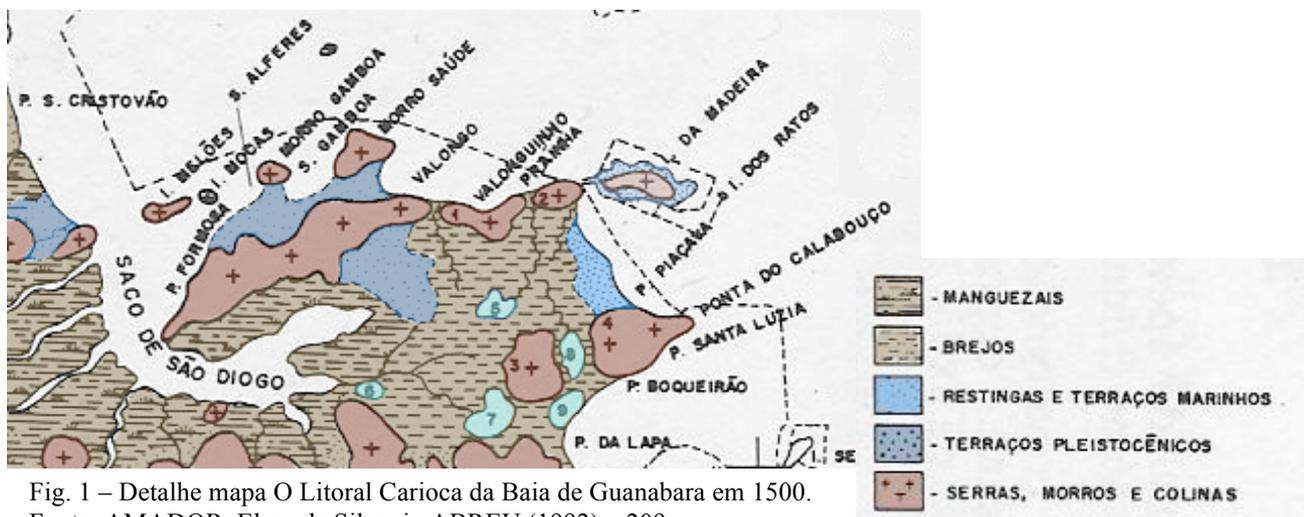


Fig. 1 – Detalhe mapa O Litoral Carioca da Baía de Guanabara em 1500.
Fonte: AMADOR, Elmo da Silva, in ABREU (1992) p.209

A expansão natural da cidade se deu com sua extensão sobre os manguezais e áreas úmidas a oeste. Até o início do século XVIII os limites da cidade não ultrapassavam a Rua da Vala (atual Uruguaiana), construída para drenar os pântanos entre os morros de Santo Antônio e Conceição (Bernardes, 1992, p.45).

As áreas de terrenos brejosos utilizados para pastagem e despejo de detritos além da Vala eram então chamadas de Campo da Cidade.

Dizemos notável, não apenas por ter sido a bem dizer dobrada a área urbanizada, mas porque essa urbanização se fez à custa de árduos esforços, sendo os charcos progressivamente entupidos ou drenados e as lagoas aterradas. Graças a essas obras que se sucederam por todo o século, especialmente na segunda metade, a cidade se estendeu até o Campo de Santana (...). (Bernardes, 1992, p.44)

As numerosas igrejas construídas na área conquistada atestam a rápida expansão da cidade e seu enriquecimento. Em 1763 a cidade do Rio passa a ser capital do Vice-Reino do

Brasil. Sua nova função administrativa e sua importância como o porto de escoamento do ouro para a metrópole vai garantir obras de melhoramentos na cidade.

No governo de Gomes Freire (1733-1762) já haviam sido realizadas algumas obras, e no governo do Conde de Rezende (1790-1801) foi aberta a Rua dos Inválidos sendo assim delimitado um primitivo alinhamento do Campo.

Esses espaços na periferia da cidade, de predominância dos colonizados e excluídos do projeto civilizacional da Corte, se contrapunham àquela outra cidade, que dividia o espaço urbano do Rio de Janeiro com a Corte, o espaço dos colonizadores.

Bicalho (2003, p.246) identifica entre esses espaços periurbanos o então chamado Campo de São Domingos, nomeado por conta capelinha construída em devoção a São Domingos de Gusmão. A autora afirma que o lugar "servia de refúgio para negros fugidos, soldados desertores, pessoas vadias e criminosos de todo tipo". E, portanto, local escolhido para a edificação das igrejas e capelas das inúmeras irmandades de pardos, pretos livres e escravos existentes na cidade, como a igreja de Nossa Senhora do Rosário (inaugurada em 1725) nas proximidades da qual se realizavam as "congadas".

A irmandade de Santana, fundada em 1753 na capela de São Domingos, passa a ter templo próprio no último quartel do século. Ganha assim o nome de Campo de Santana a área ocidental do Campo de São Domingos¹.

No período compreendido entre 1808 e 1821 população da cidade passou de 60 mil a aproximadamente 112.700 habitantes, aumentando 88% (Brandão, 1992, p.148). A vinda da família real para o Rio de Janeiro em 1808 havia provocado alterações profundas na cidade, agora sede de uma monarquia européia (fig. 3). Com o aumento do contingente militar, o Campo passa a ser utilizado para manobras militares. Ali, entre 1811 e 1818 é construído o quartel central.

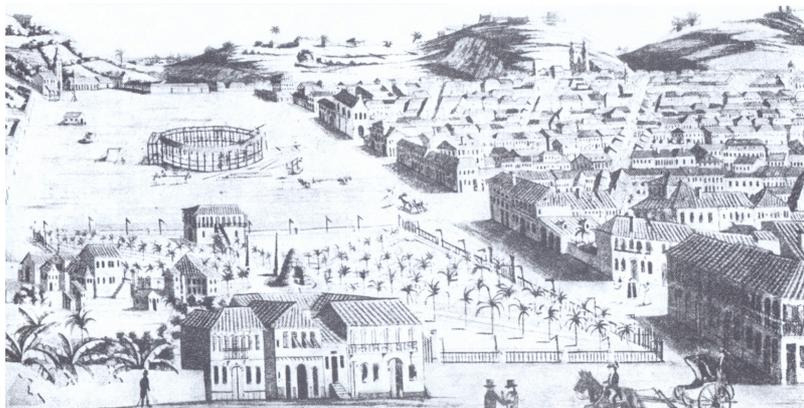


Fig. 2 – O Campo de Santana em 1818. Desenho de Franz Fröhbeck. Acervo Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal.

¹ Muitos autores confundem a criação da irmandade em 1735 com a construção da igreja. Na planta "Prospecto da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro" de 1775 (acervo Biblioteca Nacional) ainda não está identificada a ermida.

O Intendente-Geral da Polícia Paulo Fernandes Viana é responsável pela construção de um jardim em frente à sua residência no ano de 1815 (fig. 2). Ocupava uma parte do grande descampado e D. Pedro I teria mandado destruí-lo em 1821 sob alegação de dificultar as manobras militares. Em 1818, para as comemorações da coroação de D. João IV e do casamento da princesa Maria Teresa foram construídos uma praça de touros e palacete de madeira.

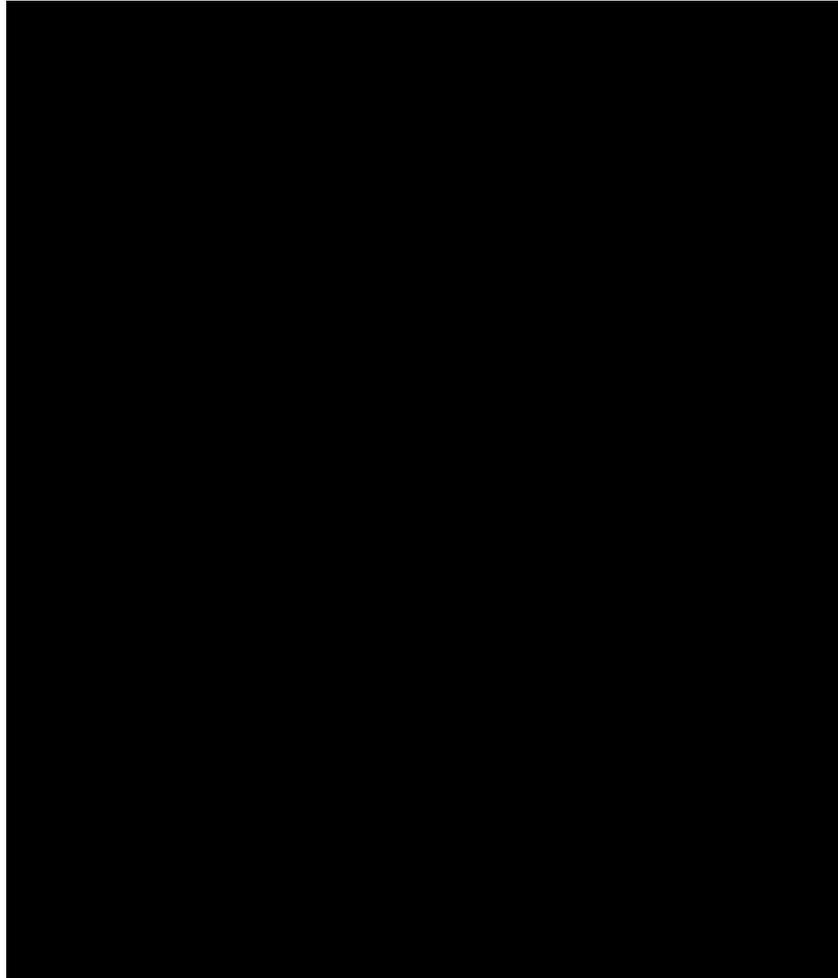


Fig. 3 – Trecho da “Planta da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro levantada por Ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor no Ano de 1808, Feliz e Memorável Época da sua chegada à dita Cidade”. 1812. Acervo Biblioteca Nacional.

É interessante perceber como a cidade vai se consolidando no entorno desta grande área livre, sem no entanto ocupá-la com edificações permanentes (fig. 3 e 4). Durante todo o século XIX o local seria utilizado para festejos da nobreza, manifestações populares, além das atividades e festas militares, sempre com construções efêmeras.

Outro uso da área era servir de vazadouro de detritos de todas as espécies. O Campo de Santana era um importante local de despejo de lixo, assim com a baía de Guanabara e outros corpos hídricos. Os resíduos eram utilizados com o intuito de “aterrar” alagadiços e áreas sujeitas a inundações.

No caso do Campo de Santana, sua grande extensão favorecia a dissipação dos gases e cheiros provenientes, pouco incomodando a população rarefeita do entorno. Com a expansão do núcleo central e a ocupação da área que passou a ser conhecida como Cidade Nova, é apontada a necessidade do fim da utilização da área para descarte de lixo e esgoto. Mas ainda levaria algum tempo para esse uso ser abandonado, apesar de todas as questões de salubridade levantadas à época. Conviveram com o despejo de detritos no Campo de Santana importantes instituições públicas localizadas no seu entorno, além de residências de cidadãos influentes como o intendente Paulo Viana, o Marquês de Inhambupe e o Ministro da Fazenda Nicolau Vergueiro, que moravam lá em 1833. “O Campo continuou como vazadouro de todas as imundícies da circunvizinhança” (Noronha Santos, 1944, p.111).

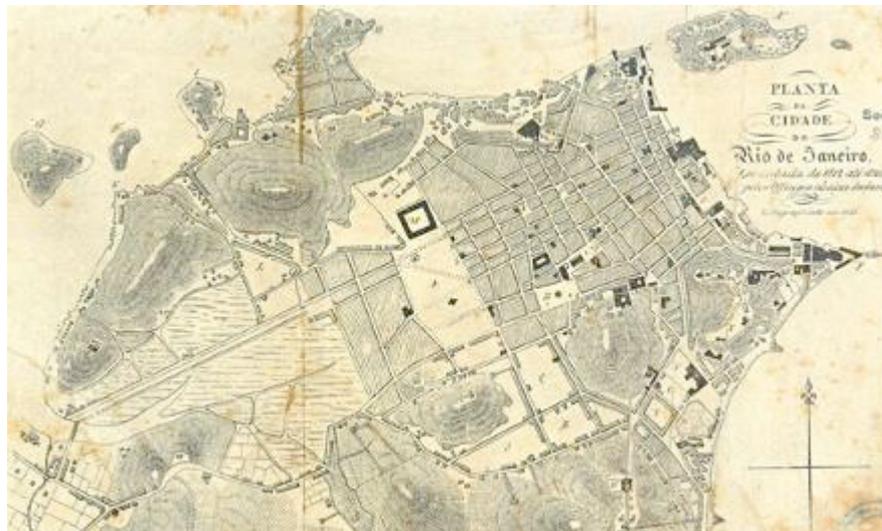


Fig. 4 – Planta da Cidade do Rio de Janeiro levantada de 1812 até 1826 (detalhe). Acervo Arquivo Nacional.

Outra queixa constante era permanência na área de “desocupados e malfeitores” sempre associados à depredação da incipiente arborização.

Um dos problemas mais sérios que preocupavam por aquela época a administração municipal, era o da defesa das poucas árvores que existiam nos logradouros públicos. O policiamento era escasso e nenhuma confiança merecia. Meninos de colégio, desocupados e malfeitores, não cessavam de apedrejar e danificar as árvores, cortando galhos ou as decepando integralmente. A esses indivíduos aliavam-se comumente mendigos, ladrões e capueiras, muitos deles negros escravizados, que não só destruíam as árvores, como praticavam no campo as maiores indignidades, apesar da repressão exercida pela polícia contra capueiras e escravos, com os açoites e as célebres surras de camarão. (Noronha Santos, 1944, p.110).

Chega a ser curiosa tamanha preocupação com as árvores numa área comumente utilizada para o descarte de esgoto e lixo. Apreende-se a presença de grande quantidade de negros,

escravos ou não, mulatos, capoeiristas, desocupados e ladrões como os freqüentadores usuais da área. Outra parcela significativa da população passou a freqüentar o Campo de Santana a partir dos primeiros anos do novecentos: os aguadeiros e as lavadeiras.



Fig. 5 – Igreja de Sant’Anna no Campo de Sant’Anna. Aquarela de Thomas Ender, 1817. Acervo Biblioteca da Akademie der Bildenden Künste, Viena, Áustria.

A seca de 1809 tornou premente a construção de um chafariz no Campo de Santana. Paulo Viana decide captar água do rio Comprido para o chafariz do Lagarto, construir outro chafariz e ainda um encanamento provisório chegando ao Campo de Santana “para trazer a água para mais perto da cidade” (Abreu, 1992, p.62). Esse chafariz, substituído por um de pedra inaugurado em 1818, seria conhecido por chafariz das lavadeiras (fig. 4 e 5).

Esse equipamento urbano era fundamental no Rio de Janeiro que contava abastecimento de água deficiente. Além disso, do chafariz provinham ganhos para os aguadeiros e as lavadeiras. De acordo com Almeida (2014) estima-se que em 1836 ele fornecesse água para aproximadamente 2 mil lavadeiras.

A reunião de aguadeiros, criados, cocheiros, lavadeiras, vendedores de alimentos, carreteiros, mulas e cavalos fazia das fontes centros de grande animação popular. Disputas e brigas também eram comuns, por vezes obrigando a permanência de guardas no local, 24 horas por dia, de forma a organizar as filas por ordem de chegada.

(Almeida, 2014).

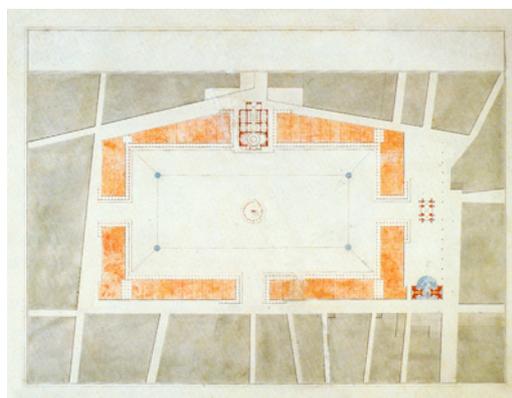


Fig. 6 – Projeto de urbanização para o Campo da Aclamação. Grandjean de Montigny, 1827. Acervo Museu Nacional de Belas Artes.

A aclamação de D. Pedro I como Imperador Constitucional do Brasil em 1822 ocorrida no Campo, leva à mudança de nome para Campo da Aclamação. Ainda na década de 1820, o arquiteto Grandjean de Montigny, chegado ao Brasil com a chamada Missão Francesa, propõe um projeto para o Campo que não foi construído (Segawa, 1995, p.164) (fig.6).

As efemérides de inauguração e deposição do regime monárquico acontecem no Campo de Santana: a Aclamação de D. Pedro I como Imperador do Brasil e a Proclamação da República. De acordo com Sisson (2008), o Campo de Santana torna-se o centro de poder do Brasil Imperial.

Em 1843 o Diretor de Obras Municipais, Henrique de Beaurepaire Rohan apresenta à Câmara Municipal documento destinado às obras que “interessam à salubridade pública” e “aformoseamento do município e cômodo de seus habitantes”. O capítulo destinado às praças começa afirmando a importância do Campo da Aclamação (Rahba, 2009).



Fig. 7 – Campo de Santana, 1862 – foto de Rafael Castro Y Ordoñez. Acervo Biblioteca Nacional.

A segunda metade do século XIX chegou sem que fosse implantado um projeto de urbanização para a área (fig.7). Animais continuavam soltos pela área, danificando as árvores de menor porte.

Considerada pequena para a quantidade de fiéis e de moradores da freguesia, a igreja de Santana foi desapropriada e demolida para a construção da Estação Ferroviária D. Pedro II em 1858. A construção da estação ferroviária naquela localidade seria fator determinante para transformá-la e atrair mais moradores.

Em 1865 a Junta Central de Higiene apresentou queixa aos presidentes da Câmara reclamando dos “aterros feitos com lixo e imundícies de toda ordem” (Noronha Santos, 1944, p.118), apesar do aumento das residências de membros da nobreza e de instituições no seu entorno.

Em 1869 a Câmara Municipal recebe propostas de ajardinamento e obras no Campo de Santana que deveriam ser “entregues e executadas por empresas particulares sem nenhum dispêndio para os cofres públicos” (Noronha Santos, 1944, p.122). Cinco propostas são recebidas no período, desde a que pretendia cobrar o ingresso ao parque – proposta que “não podia nem devia ser aceita” (Noronha Santos, 1944, p.123) - até a proposta aceita e não levada à cabo de C. J. Harrah. Ele solicitava a concessão de quarenta anos da área para instalação de quiosques e edifícios destinados a divertimentos, com o compromisso de manter a entrada do jardim gratuita a “pessoas calçadas”, demonstrando assim uma intenção de segregação. Harrah não honrou com os compromissos assumidos, na opinião do Visconde de Silva “pela previsão de que os lucros ficariam muito abaixo de suas esperanças” (Noronha Santos, 1944, p.134).

O final da década coincide com o término da Guerra do Paraguai (1864-1870), época de significativas transformações e aprofundamento de antagonismos: o surto modernizador com implantação de ferrovias e o aumento da mobilidade ao mesmo tempo em que epidemias de febre amarela (1870 e 1873) assolavam a capital. Medidas de saneamento se tornavam prementes e projetos para o Campo de Santana continuavam a ser entendidos como prioritários, mas não implementados.

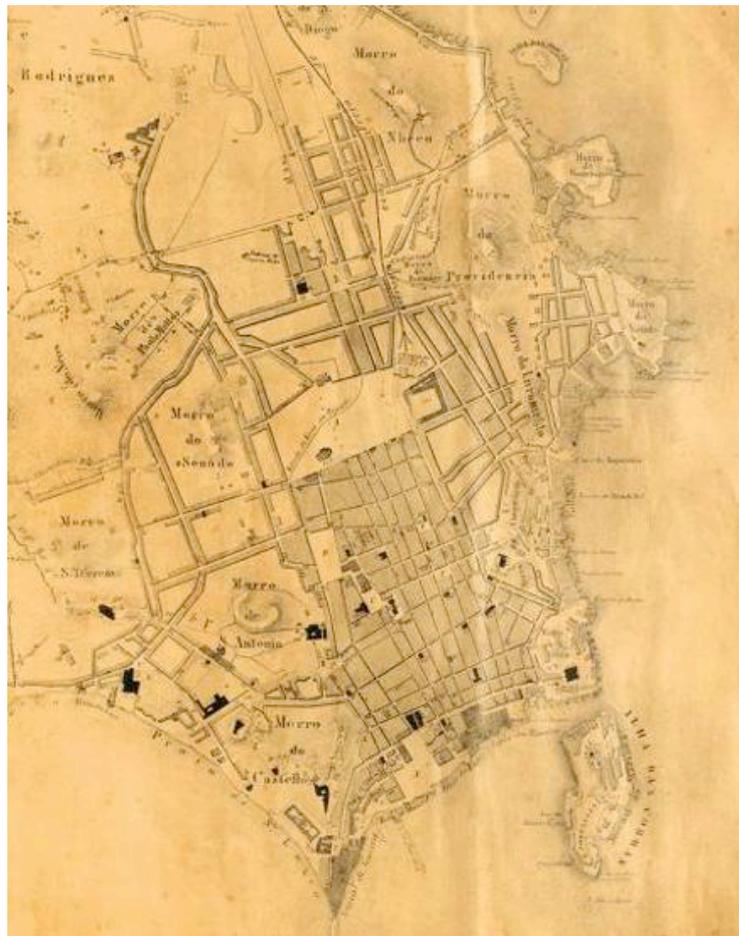


Fig. 8 – Detalhe da planta da cidade do Rio de Janeiro, 1858. Acervo Arquivo Nacional. Neste contexto surgiram as propostas do Plano da Comissão de Melhoramentos (1875 e 1876).

Em uma cidade com grande densidade em sua área central e uma ocupação rarefeita no restante do território (fig. 8), o plano de melhoramentos elege como eixo programático o Canal do Mangue, considerando-o sob o enfoque da salubridade e da expansão urbana (Rahba, 2009, p.39). O Plano estimulava a diminuição gradativa do uso residencial no centro da cidade com a intenção de saneá-lo e fomentar o uso comercial, ao mesmo tempo em que migrantes vindos de áreas rurais ou ainda do exterior, sem poder de mobilidade, precisavam se estabelecer na região central e acabavam por ocupar cortiços e habitações precárias.

A região da Praça da Aclamação é tratada como área de conexão do Centro com lugares representativos do poder (São Cristóvão), de expansão urbana (vale entre as Serras do Andaraí e do Engenho Novo) e de investimentos imobiliários em curso em Vila Isabel (Rahba, 2009, p.42). A partir daí, o Campo de Santana sai da condição de periferia e passa a se constituir o lugar central da cidade, não só do ponto de vista geográfico, mas também como centro de poder que se tornou durante o segundo reinado.

O PROJETO DE GLAZIOU

Em 1869 D. Pedro II institui a Diretoria de Parques e Jardins da Casa Imperial e convida Auguste François-Marie Glaziou para ser diretor. O horticultor francês havia chegado ao Brasil em 1858 e foi responsável pelos jardins da residência do Barão de Nova Friburgo (1859), pela reforma do Passeio Público (1860) e o paisagismo da Quinta da Boa Vista (a partir de 1862). Glaziou passa a responder também pela incipiente inspetoria que cuidava dos jardins e parques municipais.

Noronha Santos (1944, p.134) reproduz o parecer de 27 de abril de 1869, em que o Visconde de Silva expõe o projeto que a Câmara teria recebido “há anos” de Glaziou.

Não tenho conhecimento de outro plano que lhe possa exceder em regularidade e beleza e nem me consta que no país haja pessoa mais habilitada para esta espécie de trabalho do que seu autor. A prova dada no Passeio Público, convenceu a todos os que de boa fé estudam os melhoramentos da cidade, da incomparável proficiência do Dr. Glaziou.

As obras foram iniciadas em 1873 e duraram mais de 8 anos. O projeto de Glaziou é inaugurado solenemente pelo Imperador em 7 de setembro de 1880. Noronha Santos ressalta que houve um “ativamento de construções nas quatro faces da praça da Aclamação” (Noronha Santos 1944, p.154) .

O Campo de Santana foi um marco importante tanto no conjunto de obras de Glaziou quanto para o nascente paisagismo brasileiro, tendo sido uma das iniciativas precursoras na

divulgação de uma nova tipologia verde – o *square* parisiense –, que teve ampla propagação no Brasil da segunda metade do século XIX e início do XX (Mazza Dourado, 2011, p.76).



Fig. 9 – Planta mais antiga existente referente ao projeto de Glaziou, sem data. Acervo: Arquivo Técnico da FPJ. Fonte: paisagemcarioca.rio.rj.gov.br

No parque encontramos todos os itens programáticos característicos do jardim paisagista moderno: cursos d’água, pedras artificiais, pontes, ilhas, conjunto de gruta e cascata além de elementos ornamentais em ferro fundido. Mazza Dourado (2011, p.83) ainda aponta Glaziou como “um dos artífices na disseminação das rocalhas” difundidos a partir do Campo de Santana para jardins públicos e particulares de todo o país (fig. 9 e 10).



Fig. 10– Parque da Aclamação. Foto Marc Ferrez, 1880. Acervo Biblioteca Nacional. Fonte: <http://www.casaruiarbosa.gov.br/glaziou/projetos3.htm>

Perrotta (2011) assinala a inclusão do Campo da Aclamação entre os atrativos apresentados aos turistas desde o primeiro guia turístico da cidade do Rio de Janeiro, de 1873 – ano do começo das obras de implantação do projeto de Glaziou. Em guia turístico de 1884 sobre o parque é dito que “rivaliza com os melhores da Europa, belo e espaçoso” (Perrotta, 2011, p.142)

O PARQUE NO SÉCULO XX

Com a proclamação da República foi alterada sua denominação para Parque da Praça da República por ato da Intendência de 21 de fevereiro de 1890.

A partir de 1893 os serviços de conservação dos jardins da Praça da República e do Passeio Público passaram ao domínio da Municipalidade, confirmado o que havia sido disposto pela Lei Orgânica do Distrito Federal do ano anterior.

Diversas comemorações acontecem na Praça da República, desde a festa pela vitória em Canudos até as “Batalhas das Flores” promovidas para arrecadação beneficente.

Em 1902, com a unificação de duas repartições é criada a Inspectoria de Mattas, Jardins, Arborização, Caça e Pesca cujas atribuições eram, entre outras, projetar e cuidar das praças e parques da cidade do Rio de Janeiro. A sede da instituição é construída no Campo de Santana em 1909 pelo arquiteto Leon Gaubert. Hoje a Fundação Parques e Jardins (FPJ), órgão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ainda mantém parte dessas atribuições e ocupa a mesma edificação, ampliada ao longo do tempo.

Das construções projetadas nas esquinas do parque, o único executado foi o da Escola Campos Sales - construída em 1909, projeto do mesmo Leon Gaubert.

Em 1918 cogita-se a construção da sede do Senado Federal no interior do parque. O prefeito da cidade, Dr. Amaro Cavalcanti é contrário à idéia. Outra tentativa foi proposta pelo vereador Tito Lívio que em 1936 apresentou à Câmara projeto de abertura das alamedas ao trânsito de veículos. Esse projeto foi duramente criticado por José Mariano Filho em O Globo, onde ele denuncia que "contam-se às dezenas as tentativas contra o parque" (Noronha Santos, 1944, p.160).

A criação da Comissão do Plano da Cidade em novembro de 1937 "é justificada pela necessidade de preparação de um programa de melhoramentos, contemplando obras urgentes e inadiáveis na capital do país" (Rezende & Furtado, 2008, p.115) e também uma resposta à não implantação do Plano Agache (1930). Em 1938 a Comissão apresenta o projeto da Av. Presidente Vargas na XI Feira Internacional de Amostras, sendo aprovado pelo presidente.

Em janeiro de 1938 são retiradas as grades de fechamento do Campo de Santana, que são levadas para a floresta da Tijuca, instituições públicas (como os antigos Jardim Zoológico em Vila Isabel e a Universidade do Brasil na Urca), e também para propriedades particulares (fig. 13). Essa pesquisa não conseguiu informações a respeito do que teria motivado tal decisão, e se já não se trataria de ato antecipando a abertura da Av. Presidente Vargas que cortaria um pedaço do parque.

Simultaneamente, o parque é tombado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 30 de junho de 1938. Apesar de ter sido protegido menos de um ano depois da criação do SPHAN, o Campo de Santana teve o tombamento cancelado em 1943 para a abertura da Avenida Presidente Vargas. O projeto com a redução do parque já estava pronto desde 1941.

Os apelos do diretor do SPHAN Rodrigo Melo Franco de Andrade no sentido de defender os monumentos tombados não surtiram efeito. Em carta ao presidente da República solicitando o cancelamento do tombamento, o prefeito Henrique Dodsworth reforça que “torna-se indispensável seja feito um pequeno corte no parque Julio Furtado² – apenas uma faixa de sessenta e sete metros” (Arquivo Noronha Santos, IPHAN).

A grande avenida, com largura de 90 metros e 4,13 Km de extensão foi construída com a demolição de mais de 500 edificações, além da supressão de 1.700 m² do parque com cerca de 60 árvores frondosas (fig. 11).

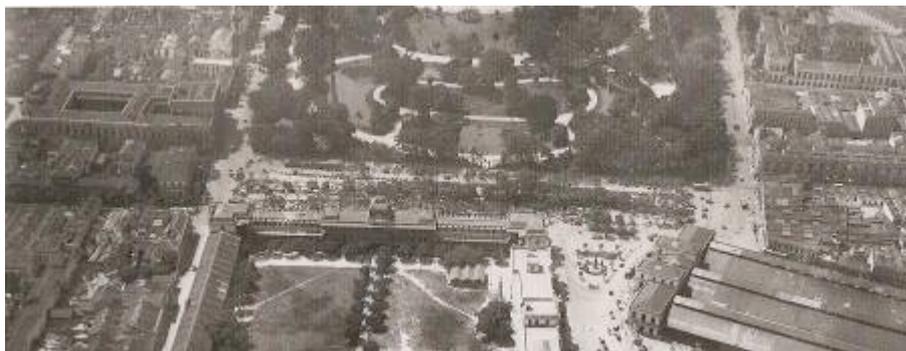


Fig. 11 – Foto detalhe trecho do parque que foi subtraído, c. 1920. Fonte: Rio de Janeiro: Imagens da Aviação Naval, p.25

A abertura desta via rápida para escoamento do trânsito motorizado pretendeu alterar a ocupação daquela área, de uso misto para zona de serviços. Pretendia-se que a expansão do centro financeiro se desse ao longo da nova artéria. Esse processo não ocorreu, e devolveu ao Campo de Santana sua condição de área de fronteira entre a cidade antiga, densamente ocupada,

² Entre 1934 e 1965 o parque recebeu o nome de Júlio Furtado, antigo Inspetor de Matas, Jardins, Arborização e Caça do Rio de Janeiro.

e a área arrasada esperando pela modernização, a chamada “Cidade Nova”. O impacto da transformação na ocupação do solo na área pode ser avaliado analisando-se a planta cadastral da cidade dos anos de 1930 (fig. 12). Os lotes densamente ocupados por habitações e pequenos comércios foram substituídos por grandes áreas para uso comercial e de serviços, ainda à espera de ocupação até os dias de hoje.

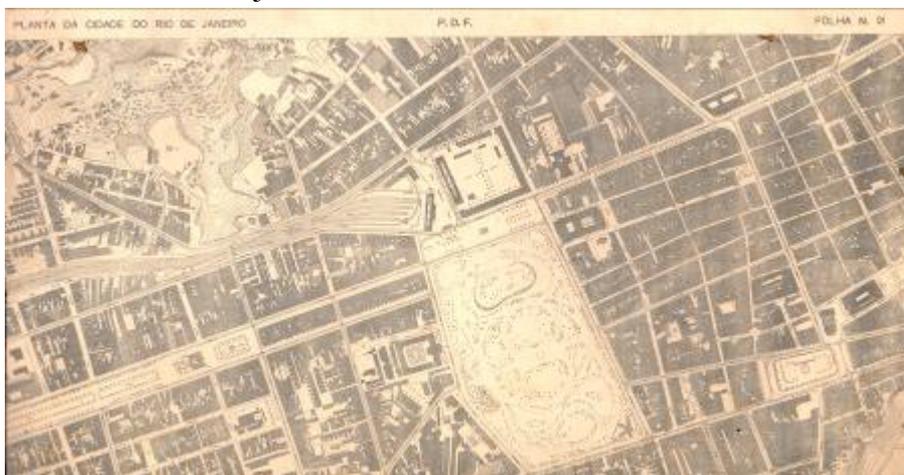


Fig. 12– Planta da Cidade do Rio de Janeiro, folha 21. PDF, 1935. Fonte: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Doxiadis analisou esse processo no capítulo do seu Plano de Desenvolvimento Urbano para a Guanabara dedicado à área por ele chamada Mangue (fig. 13). O Plano verifica o processo de deterioração da área e assinala o problema das políticas de renovação urbana promovidas pelos governos para serem implementados pela iniciativa privada, mas que aconteciam “numa escala mais ampla do que a iniciativa privada é capaz” (CEDUG & Doxiadis, 1965, parágrafo 1.123).

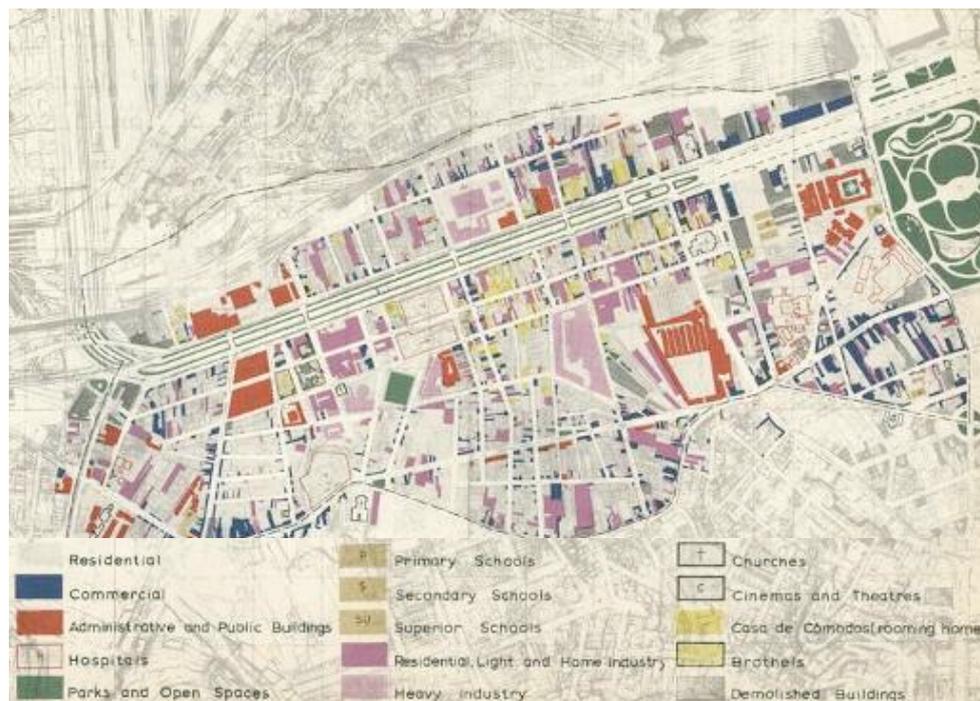


Fig. 13 – Planta de Uso do Solo – Mangue. Fonte: CEDUG & DOXIADIS ASSOCIATES (1965)

Não obstante o destombamento do Campo de Santana pode-se afirmar que uma espécie aura de importância reverencial permaneceu protegendo sua integridade paisagística. A prova desse fato é que nenhuma das inúmeras propostas de descaracterização do jardim histórico foi viabilizadas, como exemplo a proposta de 1948 para a construção de nova Catedral no parque.

É oportuno notar que, a despeito do “dano considerável com a mutilação do belo trecho que lhe foi subtraído”³, aquela área continuava a ser entendida como um patrimônio que merecia ser preservado.

A solicitação em 1966 do Departamento de Trânsito da Guanabara para a utilização dos seus caminhos, asfaltados em 1957, para estacionamento, apressa o pedido de tombamento pelo órgão estadual de proteção ao patrimônio. Em 1968 o Campo de Santana é declarado patrimônio do Estado da Guanabara. No ano anterior o parque voltava a ter um gradil no seu perímetro depois de trinta anos, sob alegação de necessidade de maior segurança.

É interessante perceber que nesta época se acentua o esvaziamento do Centro como área habitacional. As numerosas famílias, principalmente de imigrantes, que moravam em sobrados por cima de suas lojas e freqüentavam o Campo de Santana em todas as horas do dia e da noite se deslocaram para outras zonas da cidade. A região hoje conhecida como SAARA (Sociedade dos Amigos e Arredores da Rua da Alfândega) se tornou exclusivamente comercial e esvaziada durante a noite. Daí a necessidade de fechamento do parque, tornado inútil durante parte do dia e abrigo de pessoas sem casa. A partir da década de 1970 os problemas de segurança passam a ser maiores com o agravamento da crise econômica, cujos efeitos perduram até os dias de hoje.

Com o paulatino enxugamento da máquina pública, os serviços de conservação do parque passam a ser terceirizados, e não mais feitos pelos funcionários municipais. A cíclica a falta de recursos para contratação de empresas ou a demora na renovação, aumentam os problemas. Frequentemente algum dos portões é mantido fechado, gerando áreas que são menos vigiadas pelos olhos de todos.

O parque é usado cotidianamente por centenas de pessoas que o cruzam para atingirem a área comercial e as conexões de transporte - que incluem a Estrada de Ferro Central do Brasil, o terminal rodoviário Américo Fontenelle, a estação Central do metrô e a Avenida Presidente Vargas. Esse uso cada vez mais intenso a partir da década de 1950 levou ao asfaltamento dos caminhos internos do Campo de Santana. O grande fluxo de passantes que transitam pela área arborizada dá vida ao parque. O eventual fechamento de alguns dos portões impede esse uso e acaba aumentando os problemas de segurança.

³ Carta do diretor Geral do SPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade, ao presidente da Câmara Municipal do Distrito Federal datada de 16 de setembro de 1948. Respondia sobre a construção de nova catedral dentro do parque. Arquivo Noronha Santos, IPHAN.

SÉCULO XXI: O RETORNO DOS EXCLUÍDOS E MARGINALIZADOS

Em 1997 inicia-se um processo para que o parque seja tombado novamente como patrimônio nacional. Desta forma, o parque encontra-se tombado provisoriamente pelo IPHAN, que em termos legais equivale ao tombamento definitivo até a apreciação pelo Conselho Consultivo do órgão. Espera-se até hoje a inscrição definitiva nos livros de tomo.

A perda de atribuições da FPJ e o prestígio decrescente da instituição levaram à diminuição de funcionários. A partir de 2009 com a criação da Secretaria Municipal de Conservação (Seconserva) estabeleceu-se uma pulverização dos serviços de manutenção do parque. Esta Secretaria é desde então responsável pela limpeza dos lagos e manutenção dos monumentos do Campo de Santana. A Comlurb é responsável pela varrição dos caminhos. Existe ainda a Secretaria de Defesa dos Animais que deveria estar cuidando dos animais abandonados. E a rotina de todos esses órgãos não está afinada, sendo influenciada por questões políticas.

A chegada do crack à área central da cidade foi fator agravante para os problemas do Campo de Santana. A Secretaria de Assistência Social visita o parque todos os dias, mas o número de usuários não para de crescer. Pequenas ações inócuas foram levadas a cabo como a colocação de obstáculos nos bancos que impedissem as pessoas de se deitarem e câmeras de segurança ineficientes sem a integração das forças de seguranças municipais e estaduais.



Fig. 14 – Foto Paula Araujo, Agência O Dia. Fonte: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-01-11/campo-de-santana-sobra-abandono-e-falta-seguranca.html>. Acesso em 06/12/2014

Em inúmeras matérias jornalísticas onde usuários são entrevistados, percebe-se o misto de fascinação e medo que rondam os visitantes do parque.

“Eu venho muito no Centro e tenho que confessar: o Campo de Santana é um lugar de tirar o fôlego”, admite o aposentado Salomão Gomes. “O problema é que a gente se sente completamente desprotegido aqui. Sempre tem algum pivete olhando atravessado para você, um mendigo dormindo nos bancos. Ao invés de aproveitar a paz desse lugar, nós acabamos ficando apreensivos”.⁴

Em Foursquare.com, aplicativo de geolocalização que recomenda lugares interessantes, em um mesmo comentário se alternam adjetivos maravilhados pela beleza e espantados quanto ao abandono e insegurança:⁵

Difícil saber se a gente fica encantada ou com medo.

[Martha Rodrigues Pereira](#) · Novembro 23, 2013

Lugar bonito de passear, porem segurança zero, isso tudo próximo a um batalhão da PM, um quartel de bombeiro, guarda municipal, e Exército por perto

[Helenilton Santos Freitas](#) · Agosto 23, 2013

Era um lugar maravilhoso, agora está abandonado, cheio de mendigos e cracudos! (...)

[Jocilia Costa](#) · Fevereiro 16, 2013

TripAdvisor é um site de viagens que fornece informações e opiniões de conteúdos relacionados ao turismo. Lá também repetem-se os comentários de espanto⁶

(...)De fato, você não consegue se sentir seguro lá dentro, é um recanto abandonado.

Visitou em novembro de 2014

Dagoberto H - Rio de Janeiro, RJ

O Campo de Santana é um parque charmoso, situado no coração do centro do Rio de Janeiro, (...) o lugar é bonito, mas visivelmente mal cuidado e não muito bem visto, em função dos usuários de drogas, mendigos, pessoas suspeitas que vivem por ali.

Visitou em outubro de 2014

⁴ Reportagem Jornal do Brasil. Disponível em <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2011/06/18/moradores-de-rua-abrem-temporada-de-caca-aos-patos-do-campo-de-santana/>. Acesso em 06/12/2014

⁵ Disponível em <https://pt.foursquare.com/v/campo-de-santana/4bdf109417fdef3b2fb74e36>. Acesso em 06/12/2014

⁶ Disponível em http://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303506-d4509591-Reviews-Campo_de_Santana-Rio_de_Janeiro_State_of_Rio_de_Janeiro.html Acesso em 06/12/2014

Walber F - Rio de Janeiro, RJ

Difícil saber se ficamos encantados ou com medo. O entorno está cheio de trombadinhas, falta segurança. É um espaço democrático frequentado por todos (...) e é muito utilizado para quem precisa cortar caminho pelo meio do parque. Precisa ser melhor cuidado pela Prefeitura.

Visitou em setembro de 2014

MartinhaTS - Rio de Janeiro, RJ

(...) Vá conhecer, mas todo cuidado é pouco.

Visitou em setembro de 2014

Sidney1963 - Rio de Janeiro, RJ

A pesquisa urbana revela, na sucessão dos tempos históricos, não apenas a permanência do Campo de Santana como um espaço livre consolidado em meio às transformações pelas quais passou o Centro, mas igualmente a sua intermitente, mas recorrente, apropriação como abrigo e lugar dos pobres e excluídos da sociedade.

O desafio que se coloca à administração municipal, responsável pela gestão do jardim histórico tombado pelas esferas estadual e federal, será o de assegurar sua preservação e conservação como um lugar de convivência e fruição para todos, pobres e não pobres.

A segurança dos usuários é um fator fundamental para a utilização plena do parque. É muito importante que a população possa usufruir daquela área, aproveitando ao máximo o que o Campo de Santana pode oferecer sem ficar restrita à algumas áreas mais “seguras”. Garantir acessibilidade a todas as áreas do parque é garantir a vitalidade daquele espaço.

As autoridades responsáveis devem ter em mente que devido à sua grande significância, maiores esforços devem ser empreendidos na gestão pública do parque, entendendo que sua conservação não pode estar desligada da complexidade social e cultural presente neste local. Seus valores simbólicos, históricos e paisagísticos merecem ser preservados para gerações presentes e futuras.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, Mauricio de Almeida (org.) 1992. *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.

Almeida, S. 2014. *Água pra dar ou vender*, Revista História Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/agua-pra-dar-ou-vender> [Acessado em 03/12/2014].

Bicalho, F. 2003. *A cidade e o império*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Brandão, A. M. P. M. *As alterações climáticas na área metropolitana do Rio de Janeiro: uma provável influência do crescimento urbano in* Abreu, Mauricio de Almeida (org.) 1992. Natureza e sociedade no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.

Castro, Sônia Rabello de 1991. *O estado na preservação de bens culturais: o tombamento*, Rio de Janeiro, Renovar.

COMISSÃO EXECUTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO (CEDUG); DOXIADIS ASSOCIATES 1967. *Guanabara: um plano para o desenvolvimento urbano*. Tradução pela CEPE-1, Secretaria de Governo, a partir do original: Guanabara: a plan for urban development. Estado da Guanabara, 1965, parágrafo 1.123.

JOURNAL SCIENTIFIQUE 1993. *Jardins et sites historiques*. Madri: ICOMOS.

Bernardes, Lysia M. C. 1992. *Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX in* Abreu, Maurício de Almeida (org.). Natureza e sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.

Mazza Dourado, Guilherme 2011 *in* Hetz, Bia & Negreiros, Silvia (orgs.). *Glaziou e as raízes do paisagismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Manati.

Noronha Santos, Francisco Agenor de 1944. *O Parque da República, antigo da Aclamação*. Rio de Janeiro, Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 8, 1944. Disponível em <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3184> [Acessado em 17 mar. 2012].

Perrotta, Isabella 2011. *Desenhando um paraíso tropical: a construção do Rio de Janeiro como um destino turístico*. Tese (doutorado) em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas / Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Disponível em:

http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8997/CPDOC2011%20Isabella_Perrotta_CPDOC.pdf?sequence=1 [Acessado em 17 mar. 2012].

Segawa, Hugo 1995. *Ao amor do público: jardins no Brasil*, São Paulo, Studio Nobel.

Sisson, Rachel 2008. *Espaço e poder: os três centros do Rio de Janeiro e a chegada da Corte Portuguesa*, Rio de Janeiro, Arco.

Rabha, Nina Maria de Carvalho Elias (Coord.) 2009. Secretaria Municipal de Urbanismo / Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. *Planos Urbanos · Rio de Janeiro · o século XIX*, Rio de Janeiro, SMU-IPP.

Rezende, Vera F. e Furtado, Fernanda 2008. *Discursos e imagens acerca de intervenções urbanas no Rio de Janeiro (1920-1940): a questão da valorização fundiária em planos e projetos urbanos*, Risco 8. Disponível em: http://www.arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco8-pdf/02_art07_risco8.pdf [Acessado em 17 mar. 2012].